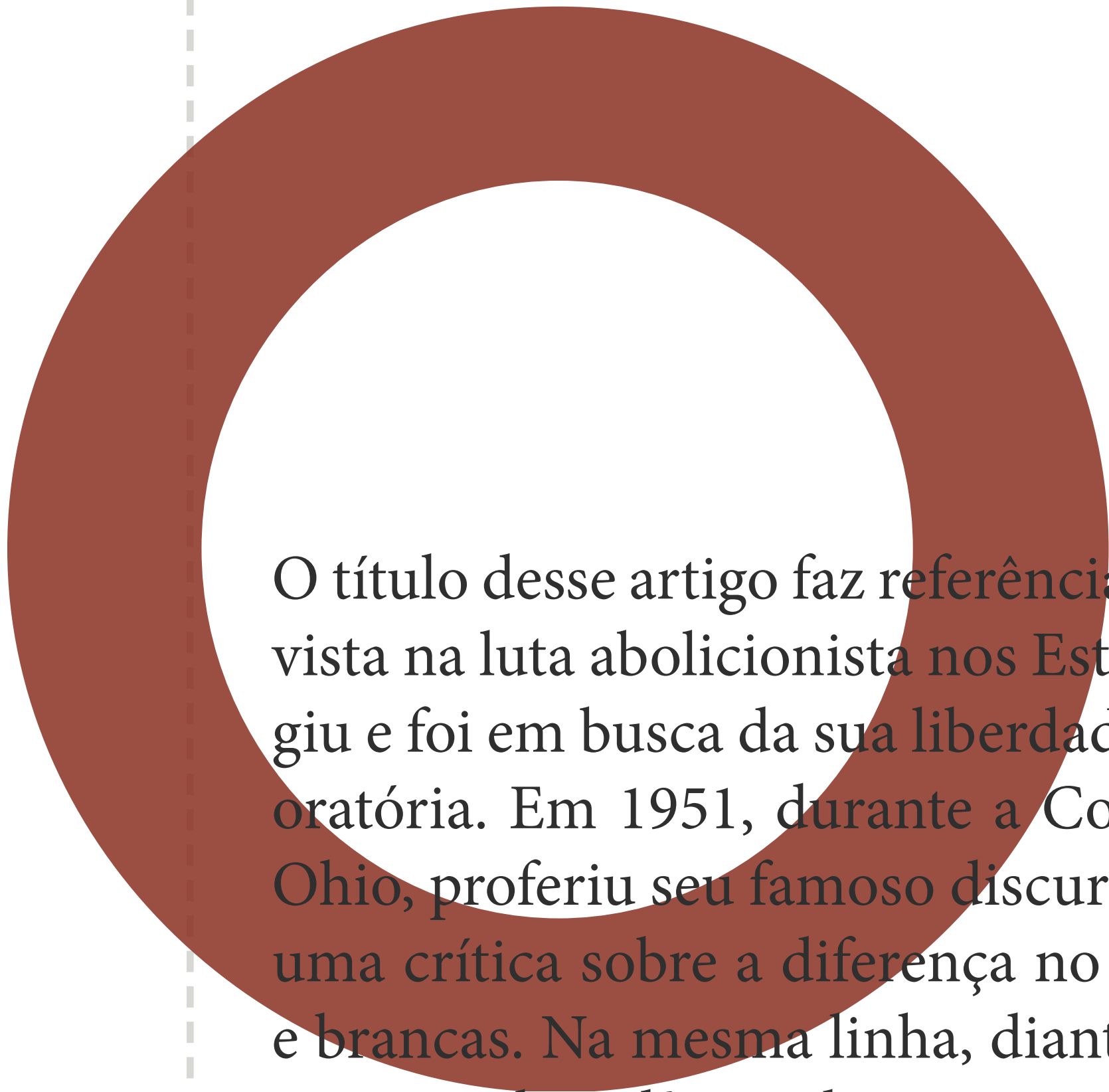


EU NÃO SOU CRIANÇA?

Cláudia Ferreira Pinto da Silva

Psicóloga - Mestra e doutoranda em Políticas Públicas e Formação Humana - PPFH/UERJ - Membro da Articulação Nacional de Psicólogas (os) Negras (os) e Pesquisadoras (res) - ANPSINEP e da Comissão Especial de Psicologia e Relações Étnico Raciais do Conselho Regional de Psicologia Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO



O título desse artigo faz referência à Sojourner Truth, uma importante ativista na luta abolicionista nos Estados Unidos que nasceu escravizada, fugiu e foi em busca da sua liberdade e de seus filhos. Era admirada pela sua oratória. Em 1951, durante a Convenção dos Direitos das Mulheres, no Ohio, proferiu seu famoso discurso intitulado "Eu não sou uma mulher?", uma crítica sobre a diferença no tratamento dado entre mulheres negras e brancas. Na mesma linha, diante dos inúmeros assassinatos de crianças negras pela polícia, o braço armado do Estado, e da indiferença que essas mortes causam na sociedade, quando comparadas à morte de uma criança branca, as crianças negras poderiam nos perguntar: "Eu não sou uma criança?".

DESENVOLVIMENTO

Segundo relatório "Futuro Exterminado"¹, do Instituto Fogo Cruzado, nos últimos sete anos, 601 crianças e adolescentes foram baleados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Entre as crianças, das 133 baleadas, 36 morreram e 97 ficaram feridas. Ainda segundo o relatório, as ações e operações policiais foram o principal motivo para vitimar crianças e adolescentes nos últimos sete anos. Entre as 601 vítimas, 286 foram atingidas nestas circunstâncias, resultando em 112 mortes e 174 feridas.

Diante de dados tão aterrorizantes, nos deparamos com o Governo do estado do Rio de Janeiro anunciando, no dia 21/08/2023 que, para cada fuzil apreendido pela polícia, será pago uma recompensa de cinco mil reais². Essa é a visão desse Estado para reduzir o número de vítimas fatais dele próprio. É o anúncio de uma autorização à barbárie.

A violência contra crianças e jovens negros não é recente. O genocídio da juventude negra é profundamente enraizado na formação do Estado brasileiro, sendo impossível contemplar qualquer aspecto da formação do país sem considerar a infância e adolescência dessas vítimas. Como destaca Ynaê Lopes Santos (2022) sobre a história da formação do Brasil, quando

os portugueses aportaram no que hoje é o litoral brasileiro, eles já tinham um esquema étnico-racial delineado e hierarquizado, no qual a religião professada e a cor da pele eram critérios taxonômicos importantes (SANTOS, 2022, p. 35 e 36). Desde os tempos do colonialismo escravagista, as crianças negras foram privadas de direitos e usadas como mão de obra escravizada. Ainda nos dias de hoje, podemos ver essas mesmas crianças nos sinais de trânsito. Segundo a autora, quando o tráfico de escravizados foi proibido e passou a ser clandestino, houve um aumento considerável do tráfico transatlântico de crianças e jovens escravizados, pois assim seriam explorados por mais tempo. Atualmente vemos essas crianças negras no total abandono pelo Estado brasileiro, dormindo nas ruas, sendo a maioria nos abrigos e instituições ditas socioeducativas, vendendo nos sinais de trânsito, exploradas sexualmente, enfim, uma lista infinita de violências e abandonos históricos. A autora, ao falar sobre Laudelina de Campos Melo³, traz um pouco da infância negra:

Tinha apenas sete anos e seu destino já parecia traçado num país que autorizava que ela fosse chamada de “macaquinha” ou de “Perrerê”, enquanto considerava absolutamente normal que ela trabalhasse antes mesmo de aprender a ler e escrever. (SANTOS, 2022, p. 174)

O racismo científico, que parece remontar ao passado, ainda se faz presente nos discursos contemporâneos, como em frase proferida pelo ex-governador Sérgio Cabral que, ao defender o aborto, disse que as mães faveladas são “fábrica de produzir marginal” e que o aborto seria assim uma forma de conter a violência⁴, deixando explícito o pensamento ainda vigente nas esferas públicas de poder e o que se entende como política pública para quem mora nas favelas e periferias. As ações ostensivas nas favelas, vistas pelos governos como uma política pública, demonstra que o pensamento de Nina Rodrigues e seguidores persiste:

(...) os ensaios sobre medicina legal tornam-se constantes. Nelas, o objeto privilegiado não é mais a doença ou o crime, mas o criminoso. Abandona-se o vocabulário estrito da medicina, para alcançar um linguajar que mais se aproxima da fala policial e dos discursos dos juízes de direito... analisaram com insistência a correlação entre “criminalidade e degeneração”. Era na condição de médicos peritos, especializados no estudo da mente do criminoso, que esses profissionais defenderam a criação de uma prática diversa. Afinal, estava em jogo a supremacia e autonomia no reconhecimento do crime e na qualificação do criminoso. (Schwarcz, 1995, Locais do Kindle 3513-3529)

O contraste entre a comoção gerada por crianças brancas assassinadas e o silêncio que acompanha as mortes das crianças negras é gritante. Nos últimos dias, aguardamos um pronunciamento do Governo Estadual sobre os assassinatos de Wendell Eduardo, 17 anos, Eloáh Passos, 5 anos e Thiago Menezes Flausino, 13 anos (sim, nossas crianças têm nome e sobrenome). O que tivemos foi um silêncio ensurdecido, seguido de mais medidas de repressão. Na França, recentemente, vimos diversos protestos devido ao assassinato de Nahel, 17 anos, por um policial. Enquanto isso, no Brasil, nada acontece frente ao assassinato de tantas crianças e jovens.

As crianças negras assassinadas são constantemente mencionadas nas mídias sem nome e sobrenome, enquanto as crianças brancas viram até lei. Cada vez que tais assassinatos acontecem, é a família (geralmente, a mãe) que se incumbem de combater o discurso da polícia e provar que o filho não era bandido. A polícia comumente diz que foi recebida a tiros, já que não se usa mais a expressão “auto de resistência” ou “resistência seguida de morte” para justificar sua ação letal.

Segundo dados da UNICEF⁵:

(...) em 2020, nos 24 estados em que há dados (as exceções são BA, DF e GO), um total de 787 mortes de crianças e adolescentes de 10 a 19 anos foram identificadas como mortes decorrentes de intervenção policial (MDIP). Esse número representa 15% do total das mortes violentas intencionais nessa faixa etária e indica uma média de mais de duas mortes por dia no País.

Ainda segundo esses dados, tais vítimas são majoritariamente pretas e pardas. A necropolítica, termo utilizado por Achille Mbembe (2018) para descrever a instrumentalização do poder estatal para controlar e subjugar a vida por meio da morte, atinge de forma desproporcional as crianças negras. É um número assustador e pouco se fala sobre isso. Essa dor fica dentro da comunidade negra que vê suas crianças e jovens como alvo de uma política assassina.

(...) a violência policial desmedida e endereçada à população negra se tornou uma política pública que não causa nenhum tipo de comoção efetiva para além dos grupos que têm seus direitos constantemente violados. É na ponta do fuzil que o racismo ganha contornos escandalosamente violentos. Seja com balas perdidas, abordagens equivocadas ou em confrontos diretos, as ações policiais seguem o mesmo pressuposto que enxerga a população negra nessa “zona do não ser”. Porém, a polícia não está solta no

tempo e no espaço, ela é o braço armado do Estado. Quem ingressa na instituição passa por um treinamento, aprende uma série de procedimentos e práticas, então, não seria exagero dizer que as ações da polícia refletem a maneira como instâncias dos poderes municipal, estadual e federal enxergam a população negra. No país em que racismo e pobreza caminham de mãos dadas, o assassinato de jovens negros (e pobres) se tornou a norma. Uma situação que ficou ainda mais alarmante em meio à versão recente da “guerra antidrogas”, cuja estratégia consiste em prender ou matar traficantes, sem nunca chegar às altas instâncias que organizam e lucram efetivamente com o tráfico. Uma política pública sustentada pelo que o filósofo camaronês Achille Mbembe chamou de necropolítica, a política da morte, ou a política de extermínio. (Santos, 2022, p. 269)

Na escola, que deveria ser um lugar de aprendizado e troca, o que se vê são crianças no meio do fogo cruzado, deitadas no chão para se protegerem, ilustrando a brutal realidade que enfrentam.

Segundo Fu-Kiau (2017), para os povos do tronco linguístico bantu, o ser humano é um sol vivo. O nascimento de uma criança é comparado ao nascer do sol, um evento de celebração, sendo o cuidado dela função de toda comunidade. Não é natural que esse sol morra de forma precoce, sem cumprir seu ciclo; não é natural ver crianças e adolescentes chorando ao enterrarem seus amiguinhos; não é natural um pai carregar nos ombros o caixão de sua filha de cinco anos. Como pensar em saúde integral da população negra frente a esse quadro? Infelizmente ainda não podemos falar disso sem falar em mortes, das mães que morrem do coração de tanta tristeza, sem ver a justiça ser feita. A luta contra o racismo não é apenas uma questão de morte física, mas também abrange as diversas formas de opressão que corroem a saúde mental e física da população negra, há mais de cinco séculos.

Lidar com a dimensão estrutural do racismo e perceber que ela atravessa toda a nossa história, sendo repactuada nos momentos de mudanças políticas expressivas, nos dá certa sensação de apatia, sufocamento e desesperança. Essas sensações fazem todo o sentido diante dos mais de quinhentos anos de violência, discriminação e genocídio ocorridos nesta terra chamada Brasil. (Santos, 2022, p. 269)

No relatório “Saúde na Linha de Tiro: impacto da guerra às drogas sobre a saúde no Rio de Janeiro”⁶, é abordado como a violência armada, provocada pela guerra às drogas, impacta na saúde dos moradores das favelas cario-

cas. Interessante observar que, segundo o Ministério da Saúde, violência é uma questão de saúde pública também, sendo compulsória a notificação pelas equipes de saúde.

Em 2011, o Ministério da Saúde incluiu a violência como agravo de notificação compulsória, implicando na padronização de procedimentos e fluxos para a vigilância epidemiológica. Na prática, todo profissional de saúde deve notificar os casos de violência no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), sendo obrigatório para: “caso suspeito ou confirmado de violência doméstica/intrafamiliar, sexual, autoprovocada, tráfico de pessoas, trabalho escravo, trabalho infantil, tortura, intervenção legal e violências homofóbicas contra mulheres e homens em todas as idades. No caso de violência extrafamiliar/comunitária, somente serão objetos de notificação as violências contra crianças, adolescentes, mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência, indígenas e população LGBT.” (Lemgruber, 2023, p. 18, grifos meus)

O impacto da violência causa:

(...) o desenvolvimento ou piora de sintomas relacionados à gastrite, úlcera, descontrole glicêmico e hipertensão. Como reação imediata aos eventos violentos foram mencionados vômitos, diarreias em crianças e sangramento em grávidas. Em relação à saúde mental foram registrados ansiedade, insônia, estresse, alterações de humor, sofrimento psíquico difuso e intenso, dificuldades de relacionamento e medo de sair de casa, além de quadros mais graves como crises de pânico, fobias, depressão e agravamento de quadros psicóticos. (Lemgruber, 2023, p. 20)

Isso sem falar no custo que as intervenções policiais causam e a comprovada ineficácia por não agirem nas verdadeiras causas e autores do tráfico de drogas e armas. Segundo os relatórios “Um Tiro no Pé”⁷ e “Custo de Bem-Estar Social dos Homicídios Relacionados ao Proibicionismo das Drogas no Brasil”⁸, somente em 2017 os estados do Rio de Janeiro e São Paulo gastaram R\$ 5,2 bilhões de reais na ineficaz política de combate às drogas. Os gastos com saúde, devido à violência no Rio de Janeiro também são bem altos, somente nos casos de hipertensão e depressão o custo médio de tratamento por paciente é de R\$ 69 mil e R\$ 95 mil por ano para os moradores das áreas constantemente afetadas.

Todo esse recurso poderia ser gasto com o bem-estar da população negra, mas sabemos que, ao longo da formação do Brasil, essa população sempre foi vista como a causadora do atraso no desenvolvimento de um país idealizado por uma elite branca. A mesma que não reconhece, pensando em Guerreiro Ramos (1957), suas próprias patologias sociais, vide que os últimos casos de mortes de crianças brancas se deram dentro da própria família e não pelo Estado. Essas mesmas pessoas determinam as operações policiais nas favelas. Segundo o “Relatório Futuro Exterminado”, os locais do Rio de Janeiro onde mais crianças e jovens foram mortos ou feridos em ações policiais não são na porta da casa das autoridades que moram, em sua maioria, na zona sul da cidade:

- Leste Metropolitano: 85 mortos e 122 feridos;
- Zona Norte (Capital): 69 mortos e 82 feridos;
- Baixada Fluminense: 65 mortos e 59 feridos;
- Zona Oeste (Capital): 31 mortos e 40 feridos;
- Centro (Capital): 14 mortos e 11 feridos;
- Zona Sul (Capital): 3 mortos e 20 feridos.

O histórico da polícia do Rio de Janeiro já demonstra que, enquanto ela for militarizada, não haverá uma possível solução para a violência. Um trecho do livro da Ynaê sobre a polícia explica a razão dessa instituição já ter nascido falida com o propósito de perseguir e matar negros, função exercida até os dias atuais:

Tal crescimento incidiu diretamente em órgãos responsáveis pela administração da cidade, mais especificamente na Intendência-Geral da Polícia da Corte — uma das instituições lisboetas que foram replicadas em terras cariocas. No Rio de Janeiro, a Intendência de Polícia se constituiu como uma espécie de elo entre as diferentes instâncias administrativas da cidade (limpeza, saúde e segurança). É fundamental destacar que uma função nevrálgica desse órgão era o controle da população escravizada, controle esse que fazia uso deliberado da violência, desrespeitando inclusive os procedimentos legais. O major Vidigal, umas das figuras-chave da Intendência de Polícia no período joanino, alegava que a pele negra já era por si só um indício de criminalidade — uma prática que atravessou toda a história do Brasil Império e que até hoje se faz sentir na atuação da Polícia Militar. Também cabia à polícia a aplicação de castigos a escravizados que cometiam delitos, além da busca e do aprisionamento de foragidos. Tanto era assim que havia uma prisão específica para escravizados, o Calabouço, para onde eram enviados aqueles que haviam tentado fugir, os que de alguma forma tinham desrespeitado as leis municipais, os capo-

eiras e quem havia sido enviado pelo proprietário. (Santos, p.104 e 105)

CONCLUSÃO

A violência contra crianças e jovens negros no Brasil não pode ser considerada como um fenômeno isolado ou recente. Ela está profundamente enraizada na história do país, remontando à época do colonialismo escravagista, quando as crianças negras eram privadas de seus direitos mais básicos e exploradas como mão de obra escrava. Ainda hoje essas crianças enfrentam um sistema que as relega a um estado de marginalização, refletindo um racismo estrutural que permeia todas as esferas da sociedade.

Diante do contraste entre as comoções pública geradas por mortes de crianças brancas e o silêncio que acompanha as mortes das crianças negras, podemos dizer que pouco avançamos. A necropolítica (a política da morte) atinge desproporcionalmente as crianças negras, refletindo a desumanização contínua de suas vidas. Enquanto a polícia deveria ser um agente de proteção, a realidade mostra que ela é um agente de morte.

A luta contra o racismo abrange não só combater a violência policial perpetrada contra os pobres, mas incluir a discussão sobre o impacto profundo dessa violência na saúde mental e emocional das comunidades negras. A dimensão estrutural do racismo, enraizada na história do país, exige uma resposta ampla e coordenada de toda a sociedade brasileira. Combater a violência policial, investir em políticas públicas eficazes e abordar o racismo sistêmico são passos cruciais para garantir que cada criança negra possa crescer e completar seu ciclo solar, livre do medo constante e do risco de violência. A mudança não é apenas uma necessidade moral, mas uma urgência para a construção de um Brasil mais justo e igualitário.

NOTAS

1. [HTTPS://FOGOCRUZADO.ORG.BR/MAPA-FUTURO-EXTERMINADO](https://FOGOCRUZADO.ORG.BR/MAPA-FUTURO-EXTERMINADO)
2. [HTTPS://WWW.RJ.GOV.BR/NOTICIAS/GOVERNO-DO-ESTADO-VAI-PAGAR-BONIFICACAO-A-POLICIAIS-POR-APREENSAO-DE-FUZIS9993](https://WWW.RJ.GOV.BR/NOTICIAS/GOVERNO-DO-ESTADO-VAI-PAGAR-BONIFICACAO-A-POLICIAIS-POR-APREENSAO-DE-FUZIS9993)
3. Laudelina de Campos Melo foi uma brasileira militante do Partido Comunista Brasileiro, da Frente Negra Brasileira, defensora dos direitos das mulheres e das empregadas domésticas, fundadora do primeiro sindicato das empregadas domésticas.
4. [HTTPS://G1.GLOBO.COM/NOTICIAS/POLITICA/O,,MUL155710-5601,00](https://G1.GLOBO.COM/NOTICIAS/POLITICA/O,,MUL155710-5601,00)
5. [HTTPS://WWW.UNICEF.ORG/BRAZIL/COMUNICADOS-DE-IMPRESA/NOS-ULTIMOS-CINCO-ANOS-35-MIL-CRIANCAS-E-ADOLESCENTES-FORAM-MORTOS-DE-FORMA-VIOLENTA-NO-BRASIL#:~:TEXT=BRAS%-C3%ADLIA%2C%2022%20DE%20OUTUBRO%20DE,DE%2045%20MIL%20POR%20ANO](https://WWW.UNICEF.ORG/BRAZIL/COMUNICADOS-DE-IMPRESA/NOS-ULTIMOS-CINCO-ANOS-35-MIL-CRIANCAS-E-ADOLESCENTES-FORAM-MORTOS-DE-FORMA-VIOLENTA-NO-BRASIL#:~:TEXT=BRAS%-C3%ADLIA%2C%2022%20DE%20OUTUBRO%20DE,DE%2045%20MIL%20POR%20ANO).
6. [HTTPS://DROGASQUANTOCUSTAPROIBIR.COM.BR/SAUDE/](https://DROGASQUANTOCUSTAPROIBIR.COM.BR/SAUDE/)
7. [HTTPS://CESECSEGURANCA.COM.BR/WP-CONTENT/UPLOADS/2021/03/UM-TIRO-NO-PE_RELATORIO-COMPLETO.PDF](https://CESECSEGURANCA.COM.BR/WP-CONTENT/UPLOADS/2021/03/UM-TIRO-NO-PE_RELATORIO-COMPLETO.PDF)
8. [HTTPS://REPOSITARIO.IPEA.GOV.BR/BITSTREAM/11058/12132/1/PUBLICACAO_PRELIMINAR_TD_CUSTO_BEM_ESTAR_SOCIAL.PDF](https://REPOSITARIO.IPEA.GOV.BR/BITSTREAM/11058/12132/1/PUBLICACAO_PRELIMINAR_TD_CUSTO_BEM_ESTAR_SOCIAL.PDF)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

LEMGRUBER, Julita (coord.), et al. Saúde na linha de tiro: impactos da guerra às drogas no acesso aos serviços de saúde no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CESeC, 2023.

LEMGRUBER, Julita (coord.) et al. Um tiro no pé: Impactos da proibição das drogas no orçamento do sistema de justiça criminal do Rio de Janeiro e São Paulo. Relatório da primeira etapa do projeto "Drogas: Quanto custa proibir". Rio de Janeiro: CESeC, 2021.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

QUERINO, Manoel. O colono preto como fator da civilização brasileira. Afro-Ásia, Salvador, n. 13, 1980, p. 143-158.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Patologia social do "branco brasileiro". In: RAMOS, Alberto Guerreiro. Introdução crítica à sociologia brasileira. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1957.

ROSSI, Luiz Gustavo Freitas. O intelectual "feiticeiro": Édison Carneiro e o campo de estudos das relações raciais no Brasil. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. Racismo brasileiro: uma história da formação do país. São Paulo: Todavia, 2022.

TRUTH, Sojourner. Eu não sou uma mulher? E outros discursos. Belo Horizonte: Nandyala, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.